

Recordando a barbárie para libertar ou oprimir: usos e abusos mnemônicos do nazismo**Fabio Bacila SAHD***

Resumo: O genocídio perpetrado pelo nazismo ocupa um lugar destacado na história do século XX como paradigma da barbárie. Nessa condição, tornou-se também um expediente discursivo muito utilizado para legitimar ou estigmatizar (“nazificar”) certos agentes e causas. O presente trabalho historiciza e explora representações concorrentes das atrocidades nazistas, analisando como se constitui em capital simbólico mobilizado para justificar ou condenar as ações do Estado israelense que, por sua vez, busca se afirmar como porta-voz de todas as vítimas do holocausto. O artigo apresenta os primeiros usos dessa memória e os principais críticos de sua manipulação discursiva. Na sequência o enfoque recai sobre uma dimensão pouco explorada da questão: as evocações do nazismo para condenar a ocupação e certas ações israelenses, dos anos 1940 até 2014. Ao final, esse uso específico é contraposto à bibliografia especializada sobre modernidade, holocausto e barbárie.

Palavras-chave: Holocausto. Memória. Israel. Ocupação israelense. ‘Indústria do Holocausto’.

Remembering the barbarity to liberate or oppress: mnemonic uses and abuses of Nazi

Abstract: The Nazi genocide occupies a prominent place in the history of the twentieth century, being the paradigm of barbarity. In this condition, it also became a discursive device often used to legitimize or stigmatize (“nazificate”) certain agents and causes. This work turns into history and exploits concurrent representations of Nazi atrocities, analyzing it as a symbolic capital mobilized to justify or condemn the actions of the Israeli state, which in turn seeks to assert itself as the spokesman of all the victims of the Holocaust. The article begins with a brief history of this memory, highlighting the beginning of its use and the main critics of his discursive manipulation. Following, the focus is on a little-explored dimension of the issue: the evocations of Nazi regime to condemn the occupation and certain Israeli actions,

* Mestre em História - Doutorando - Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Universidade de São Paulo, Campus Capital – Av. Prof. Almeida Prado, 1280, CEP: 05508-000, São Paulo, São Paulo – Brasil. Email: fabiobacila@hotmail.com

from 1940s until today. In the end, this particular use is opposed to specialized literature on modernity, holocaust and barbarity.

Keywords: Holocaust. Memory. Israel. Israeli occupation. 'Holocaust industry'.

“Muito tempo já se passou para que possamos abrir nossos corações a outros sofrimentos da humanidade. Esta foi a grande lição partilhada por minha mãe. Nunca a ouvi dizer: – Não compare. Minha mãe sempre comparou. Não há dúvida de que distinções históricas precisam ser feitas. Mas, aceitar distinções morais entre o ‘nosso’ sofrimento e o ‘deles’ é uma caricatura de moral [...] Diante dos sofrimentos de afroamericanos, vietnamitas e palestinos, o credo de minha mãe sempre foi: Somos todos vítimas do holocausto [...] Para os que assumiram um compromisso com o aperfeiçoamento da humanidade, uma bandeira do mal não impede, antes convida a comparações”

Norman Finkelstein. *A indústria do holocausto*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 18-19.

Introdução

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, memórias das atrocidades praticadas pelo nazismo foram mobilizadas politicamente para justificar diferentes situações. Os “nazificados” são sempre os “outros” e “nós” suas vítimas. É lugar comum na bibliografia dedicada aos usos e abusos dessas memórias que, após um relativo silêncio de mais de uma década, o tema passou a ser debatido e rememorado publicamente, de forma constante, por líderes políticos e comunitários estadunidenses e israelenses, universalizando-se em seguida. Os marcos iniciais desse resgate, apelo e instrumentalização mnemônica seriam o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém (1960-1962), que contou com ampla cobertura internacional, e a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, quando evocações do holocausto ou Shoah¹ foram feitas para justificar a iniciativa militar que rendeu a Israel a conquista da Península do Sinai, Faixa de Gaza, Cisjordânia e Colinas de Golã.

Veremos que, se as primeiras alusões ao nazismo para descrever a realidade palestina/israelense remontam ao período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a banalização das analogias só ocorreu após o término do conflito. Então, o genocídio² perpetrado contra milhões de judeus na Europa ocupada pelos nazistas passou a ser amplamente mencionado nos discursos da principal liderança do movimento sionista trabalhista, David Ben Gurion. Conforme apontam os “novos historiadores” israelenses Ilan Pappé e Idith Zertal, Gurion teria abusado de sua memória para representar como existenciais as ameaças que pairavam sobre a comunidade judaica assentada na Palestina. “Retratar palestinos, e árabes em geral, como nazistas foi um plano deliberado de relações

públicas para assegurar que, três anos após o holocausto, soldados judeus não esmaeceriam quando ordenados a expulsar, matar e destruir outros seres humanos.”, afirma Pappé (2008, p. 72)³. Até mesmo em 1945, o poeta Natan Alterman já teria comparado o iminente conflito com os palestinos à guerra contra o nazismo na Europa⁴.

Após a marginalização do tema nos anos 1950 e seu resgate na década seguinte, ele tem ocupado posição cada vez mais central na retórica de autoridades israelenses e estadunidenses, sendo corriqueiramente utilizado para descrever inimigos. Assim, Gamal Abdel Nasser fora chamado de “Hitler do Nilo” até sua morte em 1970. Com a ascensão do nacionalismo palestino, a partir de 1967, e a morte de Nasser, em 1970, o infame título passou para Yasser Arafat, descrito por Menachem Beguin como o “Hitler de Beirute”, a “Nova Berlim” (SAHD, 2011; FISK, 2007). Dos anos 1980 em diante, outros foram difamados por meio deste título pouco quisto, destacando-se mais recentemente lideranças iranianas, que estariam preparando “outro holocausto” com seu programa nuclear, e o Hamas, comparado aos nazistas em seu suposto radicalismo, irracionalidade e antissemitismo (NETANYAHU, 2013). Quando, ao final de 2014, o judiciário da União Europeia aprovou a retirada do movimento palestino da lista de “organizações terroristas”, Netanyahu tentou desqualificar a decisão, alegando que a Europa “não aprendeu nada com o holocausto” (APÓS ... 2014).

As primeiras denúncias dos abusos mnemônicos do genocídio nazista para garantir a legitimidade de Israel e silenciar qualquer oposição foram formuladas ainda nos anos 1970, a exemplo do historiador britânico Eric Hobsbawm que, em 1977, criticou a banalização do nazismo pelo governo israelense, então controlado pelo partido Likud. Contudo, formulações mais sistemáticas denunciando essa instrumentalização foram feitas somente a partir da invasão do Líbano por Israel, em 1982, provavelmente em resposta aos abusos de Menachem Beguin, que então insistia em aludir ao nazismo para descrever a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e seu líder, Yasser Arafat. Os protagonistas dessa polêmica foram autores de origem judaica que, de alguma forma, sentiram-se ultrajados pelo emprego retórico do holocausto para justificar iniciativas bélicas de Israel.

Destacamos três autores israelenses que, nos anos 1980, iniciaram essa crítica, que foi envolvendo outros nomes e ampliando sua abrangência até culminar em um considerável volume de publicações no novo milênio. Em 1983, Boas Evron publicou um artigo nos Estados Unidos que, além do provável pioneirismo, teve o mérito de já apresentar os principais fundamentos dessa bibliografia, em relação aos quais os autores posteriores menos inovaram do que corroboraram. O “despertar do Holocausto”, ou sua suposta singularidade, seria “[...] uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de slogans e uma falsa visão do mundo, cujo objetivo real não é entender o passado, mas manipular o presente.”. Os principais propósitos seriam exercer pressão diplomática, vincular árabes e

palestinos aos nazistas para deslegitimá-los, angariar financiamento e apoio incondicional dos cidadãos judeus de diferentes países a Israel e imunizar este Estado de críticas, representando suas ações como respostas a “ameaças existenciais” em um mundo marcadamente antisemita (EVRON, 1983, p. 9-14;19-21).

Em 1986, o filósofo Adi Ofir também criticou esses abusos memorialísticos, que mais tarde Norman Finkelstein chamou de “indústria do holocausto”. Ofir reafirmou que a demanda pela singularidade do sofrimento judaico era falsa e um “mito perigoso”, mitificação que também o vulgarizava, além de estabelecer “uma distância infinita entre uma atrocidade e todos os outros horrores”, como as guerras na Biafra, Camboja e Curdistão.

O trabalho mais consagrado e mencionado desse esforço inicial de desconstrução discursiva é o ensaio “Elogio ao esquecimento”, do também israelense Yehudá Elkaná (1988), que chocado com a repressão exercida durante a Primeira Intifada afirmou que “o que ocorreu na Alemanha pode ocorrer em qualquer parte, com qualquer povo, inclusive o meu.”. Tampouco as arbitrariedades das tropas israelenses seriam inéditas e a “trágica e paradoxal vitória de Hitler” seria a reiteração fantasiosa de que o mundo inteiro estava contra Israel e que os judeus eram a eterna vítima, conclusão reforçada com base em interpretações enviesadas do holocausto (ZERTAL, 2010, p. 166-167).

Dos anos 1990 em diante, o debate foi incrementado pelos trabalhos de Tom Segev (2000), Idith Zertal (2010) e Norman Finkelstein (2006), este que identifica como ponta de lança da ideologização dessa memória o consagrado testemunho Elie Wiesel⁵, que singularizaria a “Shoah” negando qualquer possibilidade de comparação ou compreensão racional a fim de blindar Israel de críticas. Segev (2000) e Finkelstein (2006) abordaram a delicada questão das indenizações cobradas por Israel, bem como a relativa indiferença do movimento sionista diante do massacre cometido pelos nazistas. Zertal – além de percorrer esses mesmos pontos, igualmente denunciando a instrumentalização mnemônica do nazismo para imunizar Israel e justificar suas ações e colonização – identifica o papel central do fenômeno na construção da identidade israelense. A pretensa singularidade do holocausto voltou a ser atacada por Ilan Gur-Zeev (1998 apud GELBER, 2008) e Finkelstein (2006), juntamente com sua posição de “[...] mito legitimador da existência do Estado de Israel. [...] afirmação ritual nacional da identidade e superioridade do Estado israelense e um elemento central do sistema oficial de crenças nacionais, ao lado de Deus.” (AMOS ELON 1993 apud HOBBSAWM, 1998, p. 20).

Recapitulando, os abusos ou manipulações mnemônicas do nazismo começaram ainda nos anos 1940 com Ben Gurion, sendo o tema marginalizado até a década de 1960, quando foi recuperado, enrobustecido e outra vez instrumentalizado para justificar Israel. Novo impulso teria sido dado a essa “indústria” (FINKELSTEIN, 2006) durante a Guerra do Yom Kippur (1973) e a Invasão do Líbano (1982), sendo a nazificação dos inimigos

israelenses uma constante até nossos dias. Palestinos e árabes manifestariam ímpetos genocidas e alimentariam o imemorial antissemitismo (do qual o antissionismo seria mera fachada). Logo, representariam perigos existenciais o que, em última instância, justifica qualquer expediente militar empregado por Israel.

Finalizada essa brevíssima apreciação do estado da arte dos usos e abusos das memórias do holocausto, começaremos a navegar por águas inéditas, mapeando uma evocação completamente distinta do nazismo: aquela que serve de fundamento a críticas a Israel. Tratando-se de tema pouquíssimo explorado, recorreremos a uma exposição quase linear e descritiva dessas recordações alternativas. Ao final, partindo de apontamentos teóricos, contraporemos as distintas formas de lembrar o nazismo aos postulados dos teóricos que o contextualizam na modernidade. Isso pode nos auxiliar a discernir entre os usos e os abusos dessa memória⁶.

Shoah? Não. Mobilizando o nazismo para denunciar Israel e a barbárie

A utilização ou manipulação da memória do nazismo para denunciar Israel é concomitante ao seu uso ou abuso que, ao contrário, busca justificar a importância do Estado israelense e de suas ações na prevenção de um possível “novo holocausto”. Desde os anos 1940, práticas nazistas foram evocadas para descrever aquelas adotadas pelas forças armadas ou por colonos israelenses no tratamento da população palestina. Não buscaremos esgotar os momentos dessa ocorrência, mas apresentar um número suficiente de recortes em que ocorreram, de forma a embasar a hipótese da simultaneidade de diferentes formas de recordar e significar o nazismo, relacionadas a posições políticas claras e antagônicas: uns com sua identificação e solidariedade restringidas ao compromisso exclusivo com o sionismo e outros brandindo uma visão ética e política universal.

Cabe um esclarecimento inicial: na periodização que ora empreendemos dos usos ou abusos do nazismo para criticar Israel e a barbárie de forma geral, dois artigos foram fundamentais, da autoria de Yoav Gelber e Edward Alexander. Ambos realizam uma interessante compilação de dados em seu esforço para denunciar os autores que, para eles, tentaram subverter essa memória, utilizando-a para criticar Israel. De sua perspectiva, as tentativas de relativizar a peculiaridade do holocausto seriam expressões de antissemitismo, manifestadas sobretudo por judeus que “odiarão a si mesmos” (“self-hating Jews”). Portanto, Gelber e Alexander pretendem corroborar a “singularidade” do sofrimento judaico sob o nazismo para enfatizar a importância do Estado de Israel na repressão do antissemitismo e denunciar as evocações mnemônicas contrárias aos propósitos israelenses – estes “divinos” e “milagrosos”, conforme Alexander. Concluída essa ressalva, passemos à historicização dos usos alternativos dessa memória.

Buscando as primeiras críticas ao sionismo, formuladas com base em comparações com o nazismo, Gelber recua até um grupo de alemães de fé judaica, no ano de 1942, que foram à Palestina e se desapontaram com a situação no Oriente Médio. Para descrever a empresa colonial, esses imigrantes recorreram a termos como “nazissionismo” e “Yishuvnazi”. Já no artigo de Edward Alexander, consta que as primeiras alusões teriam sido feitas antes mesmo do holocausto, por círculos de oficiais britânicos que, em 1941, usaram o epíteto “Estado judaico-nazista” para se referirem ao possível estabelecimento do “Estado judeu” na Palestina. Nessa “busca pelas origens”, o pesquisador canadense Yakov Rabkin apresenta uma interpretação compatível com a de Gelber quanto à origem judaica dos primeiros críticos que recorreram ao nazismo para desqualificar o sionismo:

[...] os haredim e aqueles que procedem do meio judaico reformista foram, sem dúvida, os primeiros a comparar os sionistas aos nazistas, em diferentes níveis: a definição do judeu, o culto à força e a adoração ao Estado. Eles não duvidaram em acusá-los da mesma fria indiferença que os nazistas frequentemente mostravam com as suas vítimas. (RABKIN, 2009, p. 245).

Seguindo a cronologia apresentada por Gelber e Alexander, constata-se que tais formulações subversivas da memória do nazismo para criticar a empreitada sionista seriam ainda anteriores a seu uso hegemônico para “nazificar” os palestinos e árabes e justificar Israel, que remonta ao intervalo entre o final da Segunda Guerra e a fundação de Israel, em 1948. Talvez não seja circunstancial que, nesse mesmo recorte, o jornalista Robert Weltsch tenha tecido paralelos entre nazismo e sionismo em seus artigos publicados no jornal Haaretz (ALEXANDER, [20--]). No contexto da fundação de Israel e da “limpeza étnica” da Palestina ou *Nakba*⁷, em 1948, ocorreram evocações opostas da memória do nazismo.

Como já vimos, por um lado, Ben Gurion e outros aludiram ao holocausto para engajar seus comandados contra as forças árabes e na expulsão da população civil palestina, o que foi justificado como resposta a ameaças existenciais ou um “Segundo Holocausto” (PAPPE, 2008). Na trincheira oposta dessa disputa memorialística, o nazismo foi evocado para criticar as forças sionistas. O frei Martinho Penido-Burnier estava na Palestina durante a limpeza étnica (PAPPÉ, 2008) e encaminhou uma correspondência ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, comentando horrorizado as injustiças que estava testemunhando. Em suas palavras, “Se passarmos a falar da maneira sionista de conduzir a guerra, temos a tristeza de constatar que eles rivalizam com os nazistas da última guerra mundial [...]”, sendo o massacre de Deir Yassin comparado à Buchenwald (GATTAZ, 2003, p. 131). Martinho menciona o cônsul geral da França, que teria declarado: “Vinte e oito dias de guerra e dezessete de trégua ensinaram-me mais sobre o nazismo do

que vinte anos de regime de Hitler.”. Zerthal cita a seguinte passagem do militar Yosef Najmani que, no mesmo contexto, confessou-se estupefato com a crueldade dos soldados israelenses e também evocou o nazismo para descrever as ações de seus compatriotas:

Em Safsaf, depois [...] dos habitantes terem içado a bandeira branca, os soldados reuniram separadamente os homens e as mulheres, ataram as mãos de cinquenta a sessenta vizinhos, e depois os mataram e enterraram em uma mesma fossa. Também violentaram várias mulheres do povoado [...] Onde aprenderam um comportamento tão cruel, semelhante ao dos nazistas? [...] Um oficial me contou que os mais encarniçados eram os que vinham dos campos de concentração [...] (ZERTAL, 2010, p. 291).

Alexander [20--], Gelber (2008) e Rabkin (2009) não mencionam nenhuma comparação entre ações israelenses e nazistas feita entre a limpeza étnica de 1948 ou *Nakba* (PAPPÉ, 2008) e os anos 1960. Essa lacuna coincide com o período em que, conforme Zertal (2010), o *establishment* israelense teria esquecido ou marginalizado o genocídio judaico – o que reforça a hipótese de simultaneidade de seus usos contraditórios. Entretanto, em 1967 o holocausto voltou a ser utilizado para nazificar árabes e palestinos e legitimar o “ataque preventivo” de Israel e as decorrentes conquistas territoriais na Guerra dos Seis Dias, tornando-se desde então um expediente retórico usual, até para justificar a colonização israelense em oposição às “fronteiras de Auschwitz” (expressão empregada por Abbas Eban). Ao passo que essa “doutrina oficial de propaganda” (EVRON, 1983) ou “indústria do holocausto” (FINKELSTEIN, 2006) foi se estabelecendo e consumando a partir dos anos 1960 para justificar ações israelenses, seu conteúdo central (a memória das perseguições aos judeus e do genocídio na Europa ocupada pelos nazistas) também voltou a ser mobilizado para criticar as práticas israelenses. O oponente de primeira hora da ocupação dos Territórios Palestinos e árabes, Yeshayahu Leibowitz, reiterou as antigas alusões, cunhando o termo “judeo-nazi” para denunciar a violência de soldados e colonos israelenses. Representações similares foram feitas por Israel Shahak, Felicia Langer e Lea Tsemel. Citando uma passagem do livro “Le Racisme de l’Etat d’Israel”, publicado em 1975 pelo sobrevivente dos campos nazistas, Israel Shahak: “Os judeus de Israel, junto com a maioria dos judeus do mundo, estão no momento enfrentando um processo de nazificação.” (ALEXANDER, [20--], não paginado). Essas alusões também constam em uma resolução de 1975 da Organização para a Unidade Africana (OUA), antecessora da atual União Africana. Naquele momento, a OUA estava engajada na luta contra o que chamou de “aliança maldita” entre “sionismo, colonialismo português e racismo sul-africano” ou “eixo Tel Aviv-Pretoria-Lisboa”. Citando o documento, a população palestina é “[...] retirada de suas casas, sujeitada à opressão e repressão racistas, privada de seus direitos, expulsa de suas terras e

têm suas casas destruídas por meio dos mais detestáveis métodos nazistas.” (ORGANIZAÇÃO PARA A UNIDADE AFRICANA, 1975, não paginado).

Segundo Edward Alexander, essas críticas – sumarizadas pela expressão “Judeo-Nazi” – ganharam mesmo terreno durante a invasão do Líbano por Israel, em 1982. Na ocasião, o jornalista Amos Elon denunciou a proibição de certos livros na Cisjordânia como “[...] parte dos preparativos para um regime fascista! Em breve teremos tudo, campos de concentração assim como a queima de livros.” ([20--], não paginado).

Na obra de David Shiplers, “Arab and Jew: Wounded Spirits in a Promised Land” (1986), são mencionados testemunhos de israelenses que descrevem seu país como o “[...] verdadeiro herdeiro do regime que perpetrou o holocausto.” Entre os relatos compilados por Shipler, destaca-se o de Dov Yermiya, “[...] que fez de sua profissão discursar ao redor do mundo sobre as similaridades israelenses com a Alemanha Nazista.” (ALEXANDER, [20--], não paginado).

Yermiya teria dito, já em 1945, que o genocídio judaico “afetaria [...] judeus em Israel para pior”, que as vítimas anteriores se tornariam “mais ou menos similares” aos seus algozes. Outro depoente teria dito a Shipler que, quando sua unidade ordenou aos habitantes de Nabatiyeh que saíssem de suas casas e se dividissem conforme o sexo, ele recordou “[...] os trens dos anos 1940 na Alemanha, de um lado mulheres e crianças de outro homens.” (ALEXANDER, [20--], não paginado).

Para Hillel Goldbert “O que aconteceu lá fora [em Sabra e Chatilla] foi algo de um tipo similar ao ocorrido no holocausto.” (ALEXANDER, [20--], não paginado). Ran Cohen, membro do Knesset, confessou a Shipler seus sentimentos de que as buscas entre a população palestina por membros da OLP seriam equivalentes aos nazistas “fazendo uma seleção entre o povo judeu”. Em 1989, o mesmo Cohen afirmou sua predisposição de salvar os “palestinos dos pogroms da ocupação”. No mesmo contexto, no campo das artes, essas alusões ao nazismo também foram feitas. Em 1982, um teatro em Tel Aviv encenou a peça “Hanoch Levin’s, the Patriot”, causando polêmica e sendo censurada por causa da cena em que o “patriota” deve chutar um jovem engraxate árabe para repetir a conduta dos colonos da Cisjordânia, remetendo à famosa pintura de um menino judeu na Europa encolhido diante das botas dos nazistas. A partir de 1984, o Teatro Municipal de Haifa e a “Associação dos Pintores e Escultores de Haifa” (ou “Artistas Palestinos e Israelenses contra a Ocupação e pela Liberdade de Expressão”) passaram a, constantemente, comparar a opressão dos palestinos a dos judeus pelos nazistas. Destacam-se também as peças de Yehoshua Sobol: o musical “Ghetto” (1984) e “The Palestinian” (1987) (ALEXANDER, [20--]).

Alexander, ao passo que conclui seu artigo considerando diferentes episódios envolvendo o Estado de Israel com milagres divinos, chama de invenção e “trama de mentiras” a acusação do jornalista Amos Elon de que certos livros foram proibidos na

Cisjordânia. Ignora que tal fato esteja documentado em relatórios de órgãos e comissões de direitos humanos vinculados à ONU, como o publicado em 1986 pelo “Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories”⁸. A expressão “Judeo-Nazi”, por sua vez, é definida por Alexander como cortacaminho para “acadêmicos israelenses oportunistas”, com “dotes intelectuais inferiores”, projetarem-se nos meios de comunicação.

Dessa polêmica, cabe observar a simultaneidade dos usos subversivos do nazismo para criticar Israel, nos anos 1980, com o uso hegemônico feito pelo então primeiro-ministro, Menachem Begin, para justificar a invasão do Líbano como alternativa a uma “nova Treblinka”: Beirute é “Berlim”, local do “bunker” de Arafat, o “novo Hitler”. Já destacamos a centralidade desse período na história da memória do holocausto também como momento das primeiras sistematizações de críticas à sua instrumentalização (Evron, Ofir, Elkaná, Segev). Portanto, nos anos 1980, essa crítica à manipulação mnemônica foi acompanhada de dois usos opostos do nazismo: legitimar Israel (“fronteiras de Auschwitz”) ou denunciar a violência contra a população palestina (“Judeo-Nazi”).

Essas três abordagens distintas do nazismo continuaram nos anos subsequentes. Conforme Zertal (2010, p. 330), “O processo de nazificação dos árabes, que começou, como vimos, no final da década de 1940, alcançou seu apogeu nos anos 1980 e 1990 com as publicações dos colonos [...]”. Fazendo coro a essas vozes, em seus discursos políticos e no livro “Um lugar sob o sol”, Benjamin Netanyahu também faz associações entre as lideranças árabes e palestinas e Hitler, desqualifica como colaboracionistas seus opositores políticos que negociavam um acordo de paz e compara possíveis concessões aos palestinos ao processo de alienação territorial da Tchecoslováquia pelo nazismo (ZERTAL, 2010, p. 295-298). Paralelamente, foram publicados o ensaio de Elkaná e os trabalhos de Segev, Finkelstein e Zertal, além de artigos nas mídias, denunciando as manipulações do holocausto. O próprio Elkaná vinculou a violência dos militares israelenses àquela exercida pelos nazistas. Citando Zertal,

[...] a justaposição desse passado ressurgido, uma memória politizada, e a realidade política do momento [Primeira Intifada], junto com as imagens da violência exercida por Israel contra os civis palestinos difundidas diariamente nas telas israelenses e do mundo inteiro, induziram Elkaná a se sublevar contra o abuso da Shoá como justificção da estratégia israelense e contra a percepção dominante em Israel da singularidade de um acontecimento como a Shoá [...] “nesses últimos tempos, estou mais convicto que nunca de que não é a frustração pessoal a motivação sociopolítica que anima a sociedade israelense em sua relação com os palestinos, mas uma profunda angústia existencial alimentada por uma determinada interpretação das lições da Shoah e por um desejo de acreditar que o mundo inteiro está contra nós e que somos a eterna vítima. Esta antiga crença, tão disseminada, constitui, no meu entender, a trágica e paradoxal vitória de Hitler. Na opinião de Alkaná, existia um vínculo direto

entre as “lições” da Shoah, tal como eram inculcadas sistematicamente na consciência nacional e no universo mental de Israel através da comemoração, educação e doutrinação, e os atos de violência “irregulares” cometidos por soldados e colonos israelenses contra os civis palestinos. Pode que o mundo deva cultivar a recordação, concluiu: “cada país, inclusive a Alemanha, decidirá por si mesmo, em função de seus próprios critérios. Ao invés disso, nós devemos esquecer. (ZERTAL, 2010, p. 166-167).

Poucos anos após a publicação desse artigo de Elkaná, conforme Gelber, o historiador Moshe Zimmerman teria atacado os colonos da Cisjordânia, chamando-os de “juventude hitlerista”, e associado certos trechos da Bíblia à obra de Hitler, “Mein Kampf”. As analogias não se restringiriam aos territórios ocupados, pois Zimmerman teria comparado a situação interna de Israel ao nazismo valendo-se de sua condição pessoal e da de seu pai, perseguidos por serem críticos das políticas estatais (GELBER, 2008, p. 38-40).

Dando continuidade às críticas à manipulação do holocausto, Amos Elon publicou um artigo, em 1995, denunciando a conversão do genocídio nazista em um “[...] mito legitimador da existência do Estado de Israel.” (HOBSBAWM, 1998, p. 20). Foi nesse mesmo contexto que, Netanyahu tentou desqualificar os acordos de Oslo e seus protagonistas (Yasser Arafat e Yitzhak Rabin) fazendo referências ao nazismo e às lideranças colaboracionistas⁹. Assim, deu prosseguimento a uma quarta forma de rememorar o genocídio judaico, em defesa do “Grande Israel”, feita por colonos israelenses desde os acordos de Camp David, no final dos anos 1970 (que culminaram na paz com o Egito em troca da devolução da Península do Sinai). Inicialmente vinculados ao movimento Gush Emunim, os assentados vêm mobilizando essa memória até hoje para condenar qualquer proposta de retirada dos territórios ocupados, denunciando árabes e palestinos como nazistas e governos israelenses que fazem concessões, o movimento “Paz Agora” e críticos israelenses como colaboracionistas. Yitzhak Rabin lembrava “[...] o marechal Pétain dando as mãos ao chefe nazista e entregando a ele os judeus de seu país.” e até Ariel Sharon fora comparado a Stalin e Hitler em decorrência do desengajamento de Gaza. Em contrapartida, os colonos representam a si mesmos como os “[...] únicos judeus autênticos do mundo e de Israel [...]”, permanentemente ameaçados de genocídio (ZERTAL, 2010, p. 324).

No novo milênio, os usos e abusos da memória do nazismo se mantiveram quase inalterados, exceto pela maior especificidade espacial e temática dessas representações, feitas quase exclusivamente para descrever os acontecimentos da Faixa de Gaza. O *establishment* israelense e sua rede de apoiadores (entre os quais Finkelstein destaca Elie Wiesel), frequentemente, comparam a resistência palestina de vertente islâmica ao nazismo, representando-a como uma ameaça existencial. Paralelamente, a retirada unilateral de Gaza em 2005 suscitou duras críticas dos colonos lá assentados, que evocaram o

holocausto, mas para acusar o governo israelense de colaboracionista. Quanto ao uso subversivo da memória do nazismo para condenar as ações israelenses, o foco também se voltou para Gaza, com paralelos sendo traçados para denunciar as políticas de ocupação a distância, que aumentaram o controle, isolamento e violência contra seus habitantes, restringindo ainda mais seus movimentos (SAHD, 2012).

Nessa trajetória interligada dos usos e abusos da memória, a ofensiva israelense contra Gaza, em meados de 2014, constitui um ponto nevrálgico, pois as narrativas mnemônicas opostas entraram em choque direto. Na gênese dessa controvérsia está uma campanha publicitária encabeçada pelo rabino Shmuley Boteach, lançada durante os ataques. Esse esforço propagandístico assumiu a forma de anúncio de jornal, que afirmava não se tratar de uma guerra de “judeus contra árabes” ou “israelenses contra palestinos”, mas de “uma batalha entre aqueles que celebram a vida e aqueles que defendem a morte” ou “uma batalha da civilização contra o barbarismo” (velho jargão colonialista, utilizado até mesmo por Theodor Herzl para justificar a criação do “Estado judeu”, no final do século XIX). O Hamas celebraria “cultos de morte” e treinaria crianças como “escudos humanos” para o lançamento de foguetes ou “homens bomba”. Os “homens e mulheres moderados de fé” deveriam dirigir suas críticas não aos soldados israelenses, mas aos “terroristas que retiraram todas as escolhas das crianças palestinas de Gaza”, reproduzindo o infanticídio dos antigos “amalequitas”. Wiesel, “[...] escritor e Prêmio Nobel da Paz, tornado homem-símbolo da memória do Holocausto, cuja voz é ouvida sempre que se trata da violação dos direitos humanos [...]” (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 124), tomou partido, colocando-se a serviço dos interesses de Estado de Israel ao subscrever o anúncio.

Contudo, a manifestação polêmica de Boteach e Wiesel para justificar os ataques “desproporcionais” e “indiscriminados” de Israel (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 54) não ficou sem resposta. Divergindo nos fins, mas compactuando nos meios, opositores – reunidos em torno da Rede Judaica Antissionista Internacional – acabaram por mobilizar o mesmo capital simbólico do holocausto para enfatizar suas representações dos acontecimentos na Faixa. Fundada em 2008, a Rede patrocinou uma nota publicada no “The New York Times”, assinada por quarenta e quatro sobreviventes e trezentos e quinze parentes de sobreviventes da barbárie nazista. Eles condenaram o “massacre de palestinos em Gaza”, a “contínua ocupação e colonização da Palestina histórica” e o apoio financeiro e diplomático dos Estados Unidos e de alguns países ocidentais a Israel. A nota foi enfática: “o genocídio começa com o silêncio do mundo”, “nós estamos alarmados pela desumanização extrema, racista dos palestinos na sociedade israelense”. Na sequência do documento, lê-se: “Em Israel, políticos e comentaristas, no ‘The Times of Israel’ e ‘The Jerusalem Post’ pediram abertamente o genocídio de palestinos, e israelenses de extrema-direita estão adotando insígnias neo-nazistas”¹⁰. Os signatários ainda declararam estarem

“[...] desgostosos e ofendidos pelo abuso de nossa história por Elie Wiesel para justificar o injustificável: o esforço total de Israel para destruir Gaza e o assassinato de mais de dois mil palestinos, incluindo centenas de crianças.”. Um dos signatários da carta, Rafael Cohen, afirmou que a grande fama de Wiesel foi um dos fatores motivadores por trás da publicação, que pretendia justamente esclarecer que “[...] ele não fala por todos os sobreviventes do genocídio nazista e que ele não fala em nome de todos os judeus.”, e ainda objetivava “[...] deixar claro que há um enorme número de sobreviventes que está ultrajado com o que Israel está fazendo na Faixa de Gaza.” (KASSEL, 2014, não paginado). No último parágrafo, é feito um apelo coletivo:

Nós devemos levantar nossa voz coletiva e usar nosso poder coletivo para acabar com todas as formas de racismo, incluindo o genocídio em curso do povo palestino. Nós demandamos o final imediato do cerco imposto à Gaza. Nós clamamos pelo completo boicote econômico, cultural e acadêmico de Israel. ‘Nunca mais’ deve significar NUNCA MAIS PARA NINGUÉM! (INTERNATIONAL JEWISH ANTI-ZIONIST NETWORK, 2014, não paginado).

Os signatários da nota publicada pela Rede Judaica Antissionista Internacional evocaram a memória do genocídio judaico, mobilizando o capital simbólico garantido pela condição de parentes ou testemunhos diretos da barbárie nazista, para denunciar “qualquer forma de racismo”, aquilo que descreveram como “genocídio contra o povo palestino” e o abuso por Wiesel do sofrimento dos judeus durante a Segunda Guerra. Se, na mesma ocasião, ao remeter ao nazismo, Wiesel pretendeu imunizar Israel, esse grupo de sobreviventes o fez para clamar pelo boicote, alegando que “‘nunca mais’ deve significar NUNCA MAIS PARA NINGUÉM [ênfase do original]”. O primeiro dos signatários, o sobrevivente de Auschwitz Hajo Meyer, já vinha traçando publicamente paralelos entre práticas israelenses e nazistas, desde pelo menos 2001:

[...] posso estabelecer uma lista interminável de semelhanças entre a Alemanha nazi e Israel. Confiscação de terras e de propriedades, proibição feita às populações palestinas de aceder à educação e restrições aos meios de ganhar a vida para destruir a esperança; tudo isso com o fim de expulsar o povo da sua terra. E o que eu acho particularmente escandaloso, é criar as circunstâncias que levam as pessoas a se matarem umas às outras, semeando a discórdia e alargando o fosso entre as populações – como Israel faz em Gaza. (HAJO... 2009).

No mesmo contexto do massacre de Gaza em 2014, em Nova Iorque, milhares de estadunidenses de fé judaica foram às ruas contra Israel rejeitando o sequestro de suas vozes. Um dos participantes, Jenny Heinz, evocou a memória do nazismo e o jargão “Nunca mais”, ressignificado: “Meus pais escaparam da Alemanha [nazista]. ‘Nunca mais’ sempre foi

entendido por mim como significando nunca mais para ninguém”. Outro, Misha Shulman, imigrante israelense, participou por se sentir “horrorizado” pela guerra e pelo número de civis mortos, mas se afastou quando percebeu que os ataques israelenses estavam sendo descritos como “genocídio” e que se tratava de uma manifestação de judeus antissionistas (NEMES, 2014).

Antes de retomarmos e nos aprofundarmos nas alusões feitas por Hajo Meyer, cabe explorar brevemente uma última representação e uso da memória do nazismo: a crítica judaica religiosa antissionista, que afirma ser Israel “[...] a raiz da violência crônica no Oriente Médio e uma ameaça para o mundo inteiro.” (RABKIN, 2009, p. 15). Yakov Rabkin afirma que, a Shoah é fundamental tanto para sionistas quanto para seus opositores judeus: “[...] é um dos temas que melhor se presta à manipulação do público e do povo judeu em particular, tanto em Israel quanto no exterior.” (RABKIN, 2009, p. 246). A versão sionista a representa como demonstração máxima dos perigos que ameaçam as comunidades judaicas, o que legitimou a formação e a continuidade do Estado de Israel e sua supremacia militar, com seu dia oficial devendo servir – conforme um manual dos responsáveis pela educação do exército israelense – como meio de “estimular, entre os recrutas, o sentimento de pertencer ao povo judeu e a lealdade ao Estado”. Seria também um motivo importante para conseguir ajuda exterior a Israel, explorando o arrependimento mundial.

Os haredim, por sua vez, afiliados a grupos como o Satmar, *Neturei Karta* e *Lev Tahor*, e reformistas norte-americanos se opõem a essa interpretação, acreditando que o holocausto deveria estimular os judeus a se arrependem de seus pecados, entre os quais estaria o apoio ao sionismo, que como heresia seria uma causa escatológica do sofrimento judaico no século XX, o que inclui o aumento do antisemitismo, a própria Shoah e os conflitos no Oriente Médio.

Outra lição do holocausto seria “[...] desconfiar de um Estado poderoso que transcende a moral individual, pratica a discriminação e comete crimes contra a humanidade.” (RABKIN, 2009, p. 246). O pensamento do rabino Domb, de 1989, é citado por Rabkin (RABKIN, 2009, 235; 242) para elucidar a crítica ao abuso do holocausto feita por essa corrente de pensamento que ele chama de “judeus piedosos”: o movimento sionista teria acionado sua “poderosa máquina de propaganda” depois da guerra “com o objetivo de deformar e mal interpretar o significado” da Shoah, trocando a vida dos milhões de mortos por um Estado. “Os sionistas” não teriam feito nada para evitar essas perdas humanas, pelo contrário, teriam realizado uma “seleção” daqueles que mereciam sobreviver – o termo “seleção” é empregado em alusão à discriminação feita pela SS entre os judeus que iriam trabalhar ou ser exterminados.

Ciente dos conflitos em torno da memória do nazismo, Rabkin também destaca sua rememoração como meio de criticar as políticas de Israel, como ocorrido nos ataques contra

Gaza, entre 2008 e 2009. Constata, assim, que “[...] não é surpreendente que a comemoração e a interpretação da Shoah revelem aspectos diferentes entre os judeus que não se identificam com o sionismo.” (RABKIN, 2009, p. 254) – afirmativa que reforça nossa constatação de que as diferenças nas recordações e significações do nazismo estão relacionadas a posições políticas antagônicas. Vejamos isso mais demoradamente a partir dos apontamentos de Meyer, em seu livro “Uma tradição ética traída. O fim do judaísmo”, publicado pela primeira vez em 2005.

Afirma Meyer que os fatos vivenciados por ele entre 1933 e 1945 “[...] foram extremamente intensos e me afetaram tanto que, em decorrência, eu avalio e interpreto tudo pelas lentes formadas a partir dessas experiências.”. A opressão sofrida o sensibilizou para o tratamento discriminatório e humilhante de qualquer povo forçado a viver como cidadãos de segunda classe. Esses sentimentos teriam se tornado ainda mais intensos pelo fato de seu próprio povo estar, atualmente, “abusando e humilhando outro”, os palestinos: “Sempre que leio ou ouço sobre os eventos, ou vejo notícias na televisão, memórias de meus anos iniciais vêm à superfície borbulhando.” (MEYER, 2014, p. 1-2).

Meyer denuncia não só a ocupação, mas também a instrumentalização do holocausto para justificar as ações israelenses e o descompasso entre a ética do judaísmo e a leitura exclusivista feita por sionistas, atualmente. Sua crítica à barbárie é vinculada à alteridade garantida pela tradição judaica, que seria a base da ética ocidental. Contudo, esses aspectos libertários e universais do judaísmo, também identificados por Michel Löwy (1989), seriam contrabalanceados por uma vertente exclusivista (igualmente encontrada no cristianismo e islamismo), da qual Meyer aproxima autores, como Wiesel, que defendem a singularidade do holocausto para justificar as ações israelenses. Ele aponta que o fundamento dessa tendência etnocêntrica seria o conceito de eleição divina do povo judeu – o que fora anteriormente apontado por Evron e Zerthal – e certas passagens da Tora, que interpretadas por colonos e sionistas radicais têm embasado propostas de limpeza étnica, bem como a opressão, os abusos e a humilhação nos territórios palestinos ocupados, com anuência rabínica. Meyer teria percebido esse aspecto obscuro baseado nas entrevistas que realizou com colonos, que associam os palestinos aos amalequitas defendendo sua expulsão ou mesmo extermínio.

Essas leituras divergentes do judaísmo – que refletem interpretações distintas do papel de Israel e do significado do nazismo e de suas possíveis lições – podem ser associadas às expressões que Idith Zertal (2001) emprega para definir a defesa étnica e o “espírito de partido” dos críticos israelenses de Hannah Arendt, limitados pelo “amor a Israel”, em contraposição à posição política mais universal da filósofa, “amor ao mundo”, também esposada por Meyer (2014, p. 173-179; 212) em seu objetivo assumido de combater o “mal radical” ou a desumanização de coletividades.

Meyer parte da opressão que sofreu entre a ascensão do nazismo, em 1933, e a adoção da Solução Final, provavelmente em 1942, para tecer comparações com fenômenos ocorridos em outros locais e tempos, especialmente nos territórios palestinos. No capítulo cujo título fala por si só – “Déjà-vu ou os pesadelos de um judeu nascido na Alemanha” –, destaca semelhanças da situação palestina com a dos judeus vivendo sob o nazismo, como a humilhação, intimidação, discriminação, segregação, perseguições, violência impune, exercício de pressão econômica e empobrecimento progressivo, punições coletivas e massacres, tudo isso justificado por uma ideologia que sacraliza o solo e a coletividade ao passo que desumaniza o outro, exagerando a ameaça que representa (2014, p. 123-136). Interessante observar o paralelo que há entre esses mesmos elementos e as etapas ordenadas por Daniel Feierstein para caracterizar as práticas sociais genocidas, como as operadas na Alemanha nazista e na ditadura argentina, tema que retomaremos na conclusão. Citando uma das passagens em que Meyer aproxima a condição pregressa dos judeus daquela atualmente vivida pelos palestinos:

[...] a pressão econômica constantemente exercida sobre os judeus para forçar sua emigração da Alemanha se tornou cada vez mais intolerável. A proibição de praticar certas profissões e o boicote a lojas de judeus exacerbaram o temor existencial [...] Se nós tentarmos visualizar esse conjunto de circunstâncias, estaremos mais capacitados para imaginar o que a destruição de casas, a crescente ameaça de deportação e a arbitrária limitação em suas liberdades devem significar para os palestinos. Pressões econômicas análogas têm sido exercidas sobre eles, como quando colonos judeus fanáticos os impedem de colher azeitonas, o que ocorre com frequência [...] A intimidação e o assédio nos checkpoints israelenses não são muito diferentes do que eu vivenciei em minha juventude [...] Meu argumento é meramente que, antes do holocausto acontecer, os judeus sofreram muita discriminação, humilhação, assédio e ameaça de exílio na Alemanha Nazista. Em minha opinião, o mesmo pode ser dito do sofrimento dos palestinos de 1967 até o presente. (MEYER, 2014, p. 134-135; 142).

Em sua crítica àqueles que, contrariamente, remetem ao nazismo para blindar Israel de críticas, Meyer identifica como um dos primeiros formuladores da tese da “singularidade absoluta” do Holocausto (que, segundo ele, só faria sentido em termos teológicos) o rabino e professor de filosofia Emil L. Fackenheim, que a teria mencionado em palestras a partir dos anos 1960 e no livro “To Mend the World”, publicado em 1982 – mesma data dos abusos retóricos da Shoa por Beguin. Desde então, esse fato histórico foi transformado em um fenômeno de dimensões teológicas, “[...] base de uma nova religião [...]” (MEYER, 2014, p. 110-111), destacando-se a atuação de Elie Wiesel e daqueles que o seguiram (como Maurice Friedman e Gie van den Berghe). Meyer situa Wiesel entre os partidários acrílicos de Israel, que não percebem o equívoco da ocupação e se recusam a fazer pronunciamentos públicos sobre os crimes de guerra cometidos.

Pelo menos dez anos antes das representações conflitantes de Wiesel e Meyer sobre o nazismo e suas lições colidirem abertamente na ocasião de Gaza, em 2014, o segundo já atacou em seu livro certas “comparações muito artificiais” e instrumentais entre os palestinos e os nazistas feitas por lideranças como Menachem Beguin e Ariel Sharon, defendendo paralelos mais pertinentes, como o que faz entre os palestinos e os judeus sob o nazismo até a adoção da Solução Final (MEYER, 2014, p. 123-143). Meyer afirma que para ele, diferentemente dos que fazem do holocausto um parâmetro utilizado de forma errônea para amenizar os crimes praticados contra os palestinos, o significado dos crimes nazistas seria jamais se tornar igual a eles e instrumentalizar o ocorrido, bem como “[...] sempre observar o mais fundamental comando ético no judaísmo.” (MEYER, 2014, p. 113).

À guisa de conclusão

As representações opostas do nazismo e do holocausto, desde as primeiras até seu capítulo mais recente de Gaza, em 2014, são estritamente políticas e compreensíveis a partir do próprio atrelamento da memória e do esquecimento às identidades coletivas e lealdades políticas no presente. Wiesel, ao emitir sua opinião sobre o Hamas e Gaza buscou mobilizar seu capital simbólico de testemunho, mas ignorou que, para outros sobreviventes, o genocídio que enaltece seu lugar de fala e justifica Israel constitui uma pedagogia da libertação e não da opressão e a frase “Nunca mais” é utilizada como significando “NUNCA MAIS PARA NINGUÉM”.

Estritamente no campo da memória, as representações do nazismo para defender ou criticar Israel são referências a um fato comum, mas cujas lições são interpretadas de forma e com objetivos distintos. As divergências não estão na recordação do fato em si, mas em seu sentido no presente ou nos fins e não nos meios. Diante de ambas as formas de lembrar, compete ao pesquisador realizar uma análise distanciada, afinal memória não é história e não podemos ignorar os lastros políticos das recordações (ainda mais se tratando do nazismo, que se tornou acusação política).

As alusões ao nazismo, que direta ou indiretamente são empregadas para significar acontecimentos na Palestina/Israel, são antes um convite à crítica para o estabelecimento de significados, paralelos e diferenças – sendo desejável que estas analogias tenham em vista o sentido ético mais amplo e abrangente possível. Estando em cavaleiro com as premissas politicamente universalistas e libertárias esposadas nas análises de Hannah Arendt e Hajo Meyer, é possível opor uma memória forte e humanamente útil do nazismo (no sentido de possibilitar comparações necessárias que nos auxiliem na compreensão de nosso tempo e no expurgo da barbárie) a sua instrumentalização pueril, mas perigosa, que origina analogias vazias que invertem papéis sem correspondência alguma com a realidade.

As evocações da memória do nazismo e do holocausto feitas para justificar as ofensivas de Israel, geralmente, resumem-se a estratégias discursivas que descontextualizam os fatos para angariar apoio, representando a população israelense como vulnerável e ameaçada existencialmente por um inimigo nazista. Descontextualizam, pois, factualmente, Israel é um Estado moderno e a principal potência militar da região, que dispõe até de armamento nuclear e viola sistematicamente os direitos humanos e humanitários ao manter a mais longa ocupação militar da história. Ademais, enfrenta movimentos de libertação com capacidade militar irrisória e objetivos limitados à conquista de um Estado em Gaza e na Cisjordânia, o que significa uma manifestação tácita de reconhecimento de Israel e não um desejo exterminista.

Portanto, os “assassinos da memória” que atualmente nazificam Gaza, descrevendo a retirada do Hamas da lista de “organizações terroristas” da União Europeia como “esquecimento do holocausto”, tentam dissuadir da natureza dos fatos por meio de comparações politizadas. Representam a medida como uma reminiscência do antissemitismo, contra o qual Israel se justifica, e não como uma manifestação concreta do esgotamento do processo de paz e do reconhecimento da necessidade imediata de garantir o direito à autodeterminação palestina, requisito para a efetivação dos direitos humanos e internacionais e paz na região.

Em suma, é a velha estratégia de nazificação para justificar o injustificável – evidente na frase de Boatech e Wiesel “Israel está lutando por sua própria sobrevivência contra os terroristas genocidas do Hamas [...]” (STERNLICHT, 2014, não paginado) – “que acaba por banalizar não só a resistência palestina, mas o próprio holocausto”. Poderíamos resumir essa “singularidade do holocausto” que imuniza Israel de qualquer crítica (cria uma “indulgência moral”, segundo Amoz Oz) a uma questão de ideologia ou hegemonia. Citando Idith Zertal,

Neste universo em que se invertem todas as significações e se permitem todas as projeções, os pobres conquistados se convertem em conquistadores, os perseguidores em perseguidos, os criminosos em vítimas, e este mundo ao contrário é sancionado pelo selo supremo de Auschwitz [...] nos referimos aos ocupantes que se percebem como ocupados [...] (ZERTAL, 2010, p. 326).

Em contrapartida – ainda que comparar estritamente no campo político a ocupação israelense ao nazismo seja uma forma tão apelativa e frívola de deslegitimar Israel quanto é a justificação de suas ações por meio da evocação da peculiaridade do holocausto –, aproximações entre a discriminação perpetrada pelo nazismo e pelo sionismo têm um significado humano e científico mais proveitoso ao auxiliarem na compreensão da barbárie nos séculos XX e XXI. Afinal, essas análises colocam em evidência a centralidade do

nacionalismo, da etnicidade, do racismo e do Estado nacional no aumento avassalador da pilha de escombros e cadáveres, que se convencionou chamar de história contemporânea.

Em um artigo publicado no Haaretz, o jornalista israelense Gideon Levy (2009) se recusa a comparar o holocausto propriamente dito aos territórios palestinos, restringindo-se a alusões quanto a políticas discriminatórias – o que também faz Hajo Meyer, quando enfatiza as semelhanças entre palestinos sob ocupação e os judeus sob o Reich até a adoção da Solução Final. No início, Levy é enfático: “O holocausto e os nazistas não poderiam e não deveriam ser comparados a qualquer comportamento desumano.”; “A ocupação é cruel o suficiente, e enquanto isso comparações com o holocausto não apenas reduzem essa memória histórica, mas também subestimam os crimes da ocupação israelense.” (LEVY, 2009, não paginado).

Contudo, na sequência, aproxima-se de Meyer ao recorrer aos processos de discriminação e segregação para tecer analogias. “Israel em 2009 está começando a, mais e mais, parecer a Alemanha dos anos 1930.”: “O processo de desumanização experimentado pelos palestinos, encorajado pela mídia e executado pelas FDI, traz à mente imagens horríveis.” (LEVY, 2009, não paginado). As cercas de arame farpado ao redor de Qalqilya evocam campos de concentração. Grafites no muro da separação chamando Abu Dis de gueto teriam boas razões. “O racismo demonstrado contra árabes israelenses, onde quer que vão, pode também despertar profunda preocupação.” (LEVY, 2009, não paginado). Impedimento de transitar por certas estradas e entrar em certos bares, assim como a discriminação em outros lugares como aeroportos de acordo com a etnicidade constituiriam sinais alarmantes. Institucionalmente, ao lado dos testes de lealdade para cidadãos árabe-israelenses “Há mais do que algumas ordens das FDI e leis do Knesset que se traduzidas para o alemão certamente causariam alarde.” (LEVY, 2009, não paginado). Cabe notar que, quando o grupo de sobreviventes e parentes se manifestou contra Wiesel também fez comparações entre a ocupação israelense e o nazismo com base nos mesmos elementos: o racismo e o poder estatal.

Em um mundo cada vez mais globalizado, de retração e homogeneização espacial e temporal, a própria produção do saber das ciências humanas é enriquecida a partir de comparações, e o nazismo (compreendido como quer Meyer na totalidade de suas barbáries e não apenas tomado em sua obra atroz final: o holocausto) é uma peça chave nesse processo, pois se constitui no paradigma da barbárie contemporânea.

Apontamentos teóricos sobre a violência na contemporaneidade aportam uma importante contribuição, que permite relacionar suas manifestações a um eixo comum e tornam mais compreensíveis as evocações do nazismo (e não do holocausto) para criticar Israel. Hannah Arendt (1965; 1989) adverte-nos para os perigos da irresponsabilidade política e moral dos cidadãos sob regimes totalitários, que banalizam o mal ao estigmatizar

amplos estratos da população e justificar sua morte. Os nazistas não seriam psicopatas, que odiariam mortalmente suas vítimas, mas pessoas extremamente burocráticas e burocratizadas no cumprimento de seu ofício atroz, diante do qual teriam se tornado incapazes de formular qualquer raciocínio crítico (“vazio de pensamento”). O grande desafio político e histórico do nazismo seria compreender os sinistros mecanismos dessa “banalidade” “radicalidade” do mal.

Em seu livro “Modernidade e Holocausto”, Bauman também explora o efeito desumanizador da burocratização, que torna o indivíduo alienado ou indiferente à consequência de seus atos. Ainda, defende com propriedade que o ocorrido durante a Segunda Guerra foi uma combinação única de fatores comuns à modernidade, que continuam presentes e passíveis de rearranjos na produção de novas atrocidades – como a ruptura da ordem tradicional e as condições da modernização, o delineamento de fronteiras e o surgimento dos Estados nacionais “jardineiros”, de sua burocracia e dos discursos “científicos” (como o racismo), que justificam engenharias sociais e genocídios (BAUMAN, 1998).

Menos famoso que Arendt e Bauman, o sociólogo argentino Daniel Feierstein apresenta uma interessantíssima e teoricamente sólida análise comparativa entre o nazismo e a ditadura argentina, descrevendo seus crimes massivos como “práticas sociais genocidas” – mecanismos utilizados por diferentes Estados nacionais para solucionar contradições inerentes à modernidade como novo diagrama e paradigma de poder. Essas “práticas” – cujas etapas se assemelham aos pontos destacados por Meyer para aproximar suas experiências sob o nazismo da violência da ocupação israelense contra os palestinos – seriam empregadas pelos Estados para intervir em suas sociedades, extinguindo relações sociais potencialmente subversivas de sua lógica de dominação e legitimação.

Para construir sua argumentação, Feierstein recorre a Michel Foucault e Giorgio Agamben. Para o primeiro, a partir do colonialismo, a “biologização” do discurso político teria justificado extermínios: aniquilar a existência de alguns seria um meio do Estado assegurar a vida do todo (FOUCAULT, 2008; 1999), o que pode nos auxiliar a compreender os debates públicos renascidos em Israel, em torno das propostas de expulsão dos árabes israelenses e palestinos. Agamben (2004; 2007) define a exceção legal (cujo paradigma ou espacialização seria o “campo”, a exemplo de Auschwitz) como a situação em que a lei é suspensa (“alegalidade”), e com ela as proteções legais são anuladas para determinados conjuntos populacionais, tornados extermináveis. Seu assassinato se torna assim banalizado, deixando de constituir uma contravenção penal (trata-se de uma “vida nua” ou “homo sacer”). Essa vulnerabilidade normatiza e permite a violência extrema, sendo a regra e não a exceção em nossos dias (“paradigma biopolítico oculto da modernidade”). Portanto, Auschwitz estaria mais presente do que nunca, o que justificaria comparações com a Faixa

de Gaza e a Cisjordânia, onde vidas de civis são retiradas impunemente por colonos e militares das FDI.

Essas explicações do genocídio nazista permitem sua generalização e aproximação de outras atrocidades praticadas na modernidade, ampliando as possibilidades interpretativas e explicativas dos crimes contra a humanidade cometidos em diferentes contextos. Logo, cumprem uma função política preventiva, diferentemente da “sagração” da Shoah, que a singulariza e a retira da história e de seu contexto, tornando-a objeto de lamentação e expiação incompreensível e inesgotável, portanto manipulável para fins outros (aspecto criticado por israelenses, como Boas Evron, Yehudá Elkaná, Idith Zertal, Adi Ofir e Ilan Gur-Zeev). No atual contexto de barbárie generalizada e vida nua, não é exatamente a denúncia de seu tempo que os humanistas judeus que evocam o nazismo para condenar Israel tentam fazer, mas sem o requinte teórico dos autores supracitados?

Desde os anos 1940, sempre que o holocausto foi utilizado para anuviar uma barbárie, justificando-a como necessária, vozes subversivas recordaram do mesmo acontecimento para remover os trajes civilizatórios da atrocidade praticada. Assim, enquanto uns abusam da memória para justificar a barbárie outros a utilizam para condená-la. A diferença que torna uma dessas formas de recordação hegemônica pode estar vinculada à extrema desproporção de poder entre os litigantes em torno dessa memória, que ao passo que mobiliza toda uma produção artística e de notícias em torno do holocausto ideologizado, restringe às margens ou rodapés seus usos ou abusos para denunciar Israel. Talvez, este seja um dos motivos de conhecermos mais a Wiesel do que Hajo Meyer.

Recebido em 6/1/2015

Aprovado em 24/4/2015

NOTAS

¹ Shoah (catástrofe, em hebraico) e “Holocausto” são termos utilizados para se referir, exclusivamente, ao genocídio dos judeus durante a Segunda Guerra. Há autores que empregam o primeiro, outros o segundo, ou mesmo ambos. No entanto, alguns consideram o uso de “Holocausto” errôneo ou mesmo ofensivo, dado a incompatibilidade entre esse termo de caráter religioso (sacrifício) e a natureza atroz e laica dos crimes nazistas.

² Conforme o sociólogo argentino Daniel Feierstein, genocídio é um conceito surgido das discussões sobre o aniquilamento da população armênia pelo Império Turco, no começo do século XX, que foi codificado e difundido no direito internacional a partir dos assassinatos em massa praticados pelo nazismo contra judeus, ciganos e outros grupos, como opositores políticos, “pessoas com necessidades especiais” ou “identidades sexuais não hegemônicas”, eslavos, poloneses e russos, testemunhos de Jeová, entre outros. Feierstein problematiza a definição da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1948), que o define como “Intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou

religioso.”. Em sua obra, defende a ampliação da abrangência da tipologia, incluindo o aniquilamento sistemático de grupos políticos, como ocorrido durante a ditadura argentina, que ele aproxima teoricamente do genocídio judaico cunhando o conceito de prática social genocida. Além de sua tese, Feierstein também apresenta satisfatoriamente as principais interpretações do tema. Cf: FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011. p. 38 et. seq.

³ Essa afirmação enfática de Pappé deve ser compreendida com base em seu posicionamento extremamente crítico em relação ao sionismo e ao Estado de Israel. Em seu livro “The ethnic cleansing of Palestine” trata especificamente do primeiro conflito árabe-israelense (1948), defendendo que este foi travado em duas frentes: externamente, uma guerra contra os países árabes vizinhos e, internamente, uma limpeza étnica minuciosamente elaborada e coordenada pelo alto-escalão sionista contra a população civil palestina (destacando-se a liderança de Ben Gurion). Portanto, “expulsar”, “matar” e “destruir” seriam ordens dadas para consumir os objetivos desse segundo “front”, que conforme Pappé e outros resultou na destruição de mais de quatrocentas vilas palestinas e na expulsão de mais de meio milhão de pessoas.

⁴ Essa passagem isolada de Pappé contradiz a maior parte dos autores, que creditam ao julgamento de Eichmann e à Guerra dos Seis Dias a sistematização dessa manipulação da memória do holocausto.

⁵ Conforme Finkelstein, a condição de “intérprete oficial” do Holocausto de Wiesel não seria circunstancial. Essa destacada posição teria sido alcançada não por seus “compromissos humanitários ou talentos literários”, mas por articular os dogmas do “O Holocausto” como “construção ideológica de interesses investidos”, colocando-se a serviço daqueles que promovem sua memória de forma “sensacionalista” como “grosseira exploração do martírio judeu”. Sua carreira teria se abrilhantado somente após ter feito a ligação entre “O Holocausto” e a Guerra dos Seis Dias (1967), celebrando a vitória de Israel. Foi então que passou a exercer papel central na trama do “O Holocausto” (versão instrumentalizada) e na tentativa de “forjar uma nova linguagem” para narrar essa experiência.

⁶ Sobre a manipulação da memória, ou seus “usos e abusos”, ver: RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

⁷ Ilan Pappé fez uso literal dessa tipologia jurídica para definir o conflito árabe israelense de 1948. Não obstante empregar anacronicamente o termo “limpeza étnica”, haja vista a tipificação desse crime contra a humanidade ser bem posterior aos eventos ocorridos na Palestina/Israel, Pappé fundamenta dentro do campo da historiografia suas conclusões sobre a intencionalidade da expulsão populacional dos palestinos, eufemisticamente descrita como “transferência” ou ainda saída voluntária. Essa interpretação já constava na historiografia árabe e é facilmente dedutível das fontes palestinas, sendo a inovação de Pappé seu local de fala (ele mesmo israelense) e ter feito tal constatação baseado em fontes israelenses. Outros autores apontam conclusões semelhantes. Cf: MASALHA, Nur. *Expulsión de los palestinos*. El concepto de “transferencia” en el pensamiento político sionista, 1882-1948. Buenos Aires: Editorial Canaán, 2008; BOUSSOIS, Sébastien. *Israël confronté a son passé*. Paris: L’Harmattan, 2008.

⁸ Criado no final dos anos 1960 pela ONU, desde então, o Comitê Especial tem encaminhado sucessivos relatórios à Assembleia Geral da organização, comentando as práticas israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados que violam os direitos humanos. Com base nesses documentos, a Assembleia tem aprovado resoluções anuais condenando certas ações israelenses, como a criação de colônias, toques de recolher e o cerceamento de vários direitos da população palestina. Destaca-se, nos relatórios publicados entre os anos 1980 e o início dos 1990, a “[...] campanha israelense de repressão e fechamento de universidades, escolas e outras instituições [...]”, que sujeitava a admissão de alunos e membros da faculdade e a seleção de textos, cursos e programas educacionais ao controle e à supervisão das autoridades militares da ocupação. Indícios que corroboram as denúncias de Amos Elon contra a proibição de livros. Cf: UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Humans Rights of the Palestinian People and other Arabs of the Occupied Territories. A/45/64, 15 oct. 1990. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/369B3E6FF10E6DF885256B3D00588467>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

⁹ Os acordos de Oslo foram firmados em meados dos anos 1990 pelo líder da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, assassinado por um concidadão radical. Na busca de uma paz “justa e duradoura”, foram previstas etapas e condições a serem seguidas pelas partes, que, no entanto, não foram respeitadas, culminando na permanência do impasse.

¹⁰ Cf: SHERMAN, Martin. Into the fray: Why Gaza must go. The only durable solution requires dismantling Gaza, humanitarian relocation of the non-belligerent Arab population, and extension of Israeli sovereignty over the region. The Jerusalem Post, July 24, 2014. Disponível em: <<http://www.jpost.com/Opinion/Columnists/Into-the-fray-Why-Gaza-must-go-368862>>. Acesso em: 25 nov. 2014; BLANK, Irwin E. 1 Samuel 15:18. The Times of Israel, Irwin E. Blank Blog, August 1, 2014. Disponível em: <<http://blogs.timesofisrael.com/1-samuel-1518/>>. Acesso em: 25 nov. 2014; FEIGLIN, Moshe. Op-Ed: My Outline for a Solution in Gaza. Israel National News, July 15, 2014. Disponível em: <<http://www.israelnationalnews.com/Articles/Article.aspx/15326#.VHTWTNLF-QH>>. Acesso em: 25 nov. 2014; EILAND, Giora. In Gaza, there is no such thing as ‘innocent civilians’. Ynet News, August 5, 2014. Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4554583,00.html>>. Acesso em: 25 nov. 2014; ROSENBAUM, Thane. Hamas’s Civilian Death Strategy. The Wall Street Journal, July 21, 2014. Disponível em: <<http://online.wsj.com/articles/thane-rosenbaum-civilian-casualties-in-gaza-1405970362>>. Acesso em: 25 nov. 2014; ABUNIMAH, Ali. Israeli lawmaker’s call for genocide of Palestinians gets thousands of Facebook likes. The Electronic Intifada, July 7, 2014. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/israeli-lawmakers-call-genocide-palestinians-gets-thousands-facebook-likes>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Homo Sacer*. o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALEXANDER, Edward. Antisemitism, Israeli-Style. Israel Academia-Monitor [20--]. Disponível em: <http://www.israel-academia-monitor.com/index.php?type=large_advic&advice_id=61&page_data%5Bid%5D=176&cookie_lang=en&the_session_id=01c65e18392f12ed637681a842487b7b&BLUEWEBSESSIONID=bbffa5415f98c9a988dca0e5d3a4189>. Acesso em: 9 dez. 2014.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Families under the Rubble*. Israeli attacks on inhabited homes. London: Amnesty International Publications, 2014.

APÓS decisão sobre Hamas, Netanyahu diz que Europa “não aprendeu nada” com o Holocausto. Portal de notícias UOL, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2014/12/17/apos-decisao-sobre-hamas-netanyahu-diz-que-europa-nao-aprendeu-nada-com-o-holocausto.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem*. New York: The Viking Press, 1965.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura*. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 125-138.

EVRON, Boas. Holocaust: the uses of disaster. *Radical America*, Sommerville, v. 17, n. 4, p. 7-22, jul./ago. 1983.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

FISK, Robert. *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTAZ, André. *A guerra da Palestina*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GELBER, Yoav. *The new post-zionist historians*. [S.l.:s.n.] American Jewish Committee, 2008.

INTERNATIONAL JEWISH ANTI-ZIONIST NETWORK. *More than 350 Survivors and Descendants of Survivors and Victims of the Nazi Genocide Condemn Israel's Assault on Gaza*. Disponível em: <<http://ijsn.net/gaza/survivors-and-descendants-letter/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

HAJO MEYER, sobrevivente de Auschwitz: “Identifico-me sem dificuldade com a juventude palestina”. Primeira linha em rede, 6 ago. 2009. Disponível em: <<http://primeiralinha.org/home/?p=3668>>. Acesso em: 3 de out. 2011.

HOBBSBAM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KASSEL, Matthew. NY TIMES Runs Ad From Holocaust Survivors Condemning Israel, Attacking Elie Wiesel. *NEW YORK OBSERVER*, [S.l.], 25 aug. 2014. Disponível em: <<http://observer.com/2014/08/ny-times-runs-ad-from-holocaust-survivors-condemning-israel-attacking-elie-wiesel/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

LEVY, Gideon. The Holocaust and Israeli occupation cannot be compared. *Haaretz*, Apr. 19, 2009. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/jewish-world/2.209/gideon-levy-the-holocaust-and-israeli-occupation-cannot-be-compared-1.274365>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

LÖWY, Michel. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MEYER, Hajo Goachim. *An Ethical Tradition Betrayed. The End of Judaism*. Middletown: GMB, 2014.

NETANYAHU: Iran preparing for another Holocaust. *Haaretz*, 27 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/netanyahu-iran-preparing-for-another-holocaust-1.496684>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

NEMES, Hody. Jews March in New York Rally Against Israel War in Gaza. *The Jewish Daily Forward*, [S.l.] 24 jul. 2014. Disponível em: <<http://forward.com/articles/202796/jews-march-in-new-york-rally-against-israel-war-in/>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A UNIDADE AFRICANA. *Resolution of the Council of Ministers. Addis Ababa, 1975*. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/COUNCIL_EN_13_21_FEBRUARY_1975_COUNCIL_MINISTERS_TWENTY_FOURTH_ORDINARY_SESSION.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

PAPPÉ, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2008.

RABKIN, Yakov. *Judeus contra judeus: a história da oposição judaica ao sionismo*. São Paulo: Acatu, 2009.

SAHD, Fabio Bacila. Palestinos: as vítimas ulteriores do Holocausto. *TEL: Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 2, n. 3, p. 143-171. set./ago. 2011.

_____. *Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza*. Curitiba: Editora Graciosa, 2012.

SEGEV, Tom. *The seventh million: the Israelis and the Holocaust*. New York: Henry Holt Company/First Owl Books, 2000.

STERNLICHT, Alexandra. Exclusive: London Times Rejects Elie Wiesel Advertisement Condemning Hamas. *NEW YORK OBSERVER*, [S.l.], 5 aug. 2014. Disponível em: <<http://observer.com/2014/08/exclusive-london-times-rejects-elie-weisel-advertisement-condemning-hamas/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ZERTAL, Idith. *La nación y la muerte*. La Shoá en el discurso y la política de Israel. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2010.